

CIDADES PROTOMÉDIAS: PROPOSTA DE UMA NOVA CATEGORIA NA CLASSIFICAÇÃO DAS CIDADES NA LITERATURA GEOGRÁFICA

Julio Cesar Bellingieri¹

Resumo: A literatura geográfica brasileira utiliza, de modo geral, para as cidades, as categorias *cidades grandes*, *cidades médias* e *cidades pequenas* para as classificar e hierarquizar no âmbito de uma rede urbana. Este artigo, de caráter exploratório e efetuado por meio de pesquisa bibliográfica, tem o objetivo de propor uma nova categoria na classificação das cidades na literatura geográfica. Por meio da análise das características das cidades paulistas de Bebedouro, Jaboticabal e Olímpia, constatou-se que as mesmas não podem ser consideradas nem cidades grandes, nem médias, nem pequenas, seja por critérios quantitativos (demográficos), seja por critérios qualitativos (à luz dos atributos que definem tais categorias de cidades), situando-se, assim, num “limbo” teórico-metodológico. Tal constatação poderia justificar a criação de uma nova categoria, aqui denominada *cidades protomédias*, que se caracterizariam por uma mescla de atributos de cidades médias e de cidades pequenas, a serem delimitados em outros estudos.

Palavras-chave: Cidades; Rede urbana; Hierarquia urbana; Cidades Médias; Cidades Pequenas.

PROTO-MEDIUM-SIZED CITIES: PURPOSE OF A NEW CATEGORY IN THE CLASSIFICATION OF CITIES IN THE GEOGRAPHIC LITERATURE

Abstract: The Brazilian geographic literature uses, generally, the categories *big cities*, *medium-sized cities*, and *small cities* to classify them and hierarchize them within the urban network. This paper, which has an explanatory character and made through bibliography research, aims to propose a new category in the classification of cities in the geographic literature. Through analysis of characteristics of three cities from São Paulo State which are Bebedouro, Jaboticabal and Olímpia, it has been verified that they cannot be considered as big cities, medium-sized cities, nor small cities, either by quantitative criteria (demographic ones) or by qualitative criteria (in the light of attributes that define such categories of cities), locating them, thus, in a theoretical and methodological “limbo”. Such verifying could justify the creation of a new category of city, here named proto-medium-sized cities, that would have a blend of attributes of medium-sized cities and small cities, and they would be characterized and delimited in other studies.

Keywords: Cities; Urban network; Urban hierarchy; Medium-sized cities; Small cities.

¹ Centro Universitário UNIFAFIBE. E-mail: julio@asbyte.com.br
Estudos Geográficos, Rio Claro, 15(2): p-p, jul./dez. 2017 (ISSN 1678—698X)
<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo>

INTRODUÇÃO

A rede urbana, entendida essencialmente como a interação entre as funções exercidas pelas diferentes cidades, é um importante objeto de estudo da Geografia. Milton Santos, ao eleger a cidade como o elemento central da atual civilização e ao denominar o sistema de cidades de *armadura do espaço*, define a rede urbana como “um conjunto de aglomerações produzindo bens e serviços junto com uma rede de infraestrutura de suporte e com os fluxos que, através desses instrumentos de intercâmbio, circulam entre as aglomerações” (SANTOS, 1982, p. 47).

Uma rede urbana é constituída por cidades com diferentes tamanhos demográficos e diferentes funções, formando uma hierarquia urbana, advindo daí a necessidade de se classificar as cidades, ou seja, agrupá-las em categorias, segundo critérios e parâmetros estabelecidos.

Conforme será detalhado neste artigo, a literatura geográfica brasileira, de modo geral, utiliza as categorias *cidades grandes*, *cidades médias* e *cidades pequenas*. Apesar da histórica predominância do estudo das cidades grandes (ou das metrópoles), expandiu-se, nas últimas décadas, a importância das cidades médias e, mais recentemente, das cidades pequenas, tanto em relação a estudos empíricos – por exemplo, voltados aos problemas específicos destas cidades – quanto em relação a estudos teóricos/metodológicos, que visam a aprimorar os conceitos de cidades médias e de cidades pequenas.

Este artigo tem o objetivo de propor uma nova categoria – ora denominada de cidades protomédias – na classificação das cidades, na literatura geográfica brasileira.

Este trabalho surgiu das reflexões do autor em uma pesquisa que tinha como objeto de estudo, para outros objetivos, as cidades paulistas de Bebedouro, Jaboticabal e Olímpia. Ao tentar categorizá-las com base na classificação usual das cidades, constatou que, por suas características, elas não se enquadravam em nenhuma das categorias, ou seja, encontravam-se num “limbo” teórico-metodológico, o que despertou para a possibilidade da criação de uma nova categoria na classificação das cidades.

Assim, por meio do exemplo das cidades de Bebedouro, Jaboticabal e Olímpia (que são analisadas do ponto de vista dos atributos que caracterizam cidades médias e cidades pequenas), este artigo busca explicitar a não adequação de uma significativa gama de cidades às atuais categorias de sua classificação e, assim, justificar a criação de uma nova categoria.

O artigo é exploratório, efetuado por meio de pesquisa bibliográfica em artigos e teses nacionais que tratam da classificação das cidades, em termos teórico-metodológicos e empíricos.

O artigo divide-se em quatro partes, incluindo esta Introdução. A parte 2 descreve a classificação das cidades na literatura geográfica brasileira, enfatizando as categorias cidades médias e cidades pequenas. A parte 3 caracteriza Bebedouro, Jaboticabal e Olímpia à luz da classificação das cidades. Na parte 4, as Considerações Finais, propõe-se a criação de uma nova categoria na classificação das cidades.

1. A CLASSIFICAÇÃO DAS CIDADES NA LITERATURA GEOGRÁFICA BRASILEIRA

Milton Santos, analisando o surgimento e o crescimento das cidades nos países subdesenvolvidos, explica os cinco fatores que determinam a diferenciação entre as cidades: o tipo de colonização do país; a função econômica inicial da cidade; os ritmos de evolução da economia; a atividade econômica atual, e o grau de consciência, “pela cidade”, do subdesenvolvimento em que se encontra o país (SANTOS, 1965).

Segundo ele, ao longo do tempo, ocorrem variações na localização da atividade econômica, o que determinará o número de cidades de um sistema urbano, seu tamanho e sua importância relativa (SANTOS, 1982).

A localização das diversas forças produtivas (e de suas frações ou classes) muda a cada período histórico: cada lugar representa, a cada momento histórico, uma associação de atividades qualitativa e quantitativamente diferentes. Já que nem todos os subespaços dispõem do aparato necessário ao estabelecimento de relações recíprocas, são as aglomerações urbanas que realizam esse papel. Mas, segundo as épocas históricas, varia o seu lugar como instrumento de circulação e distribuição e como agente da produção e do consumo. Também varia, segundo os países e as épocas históricas, a distribuição desses papéis dentro do espaço total e entre as cidades (SANTOS, 1982, p. 47-48).

Dessa forma, a dinâmica econômica acaba por criar diferentes tamanhos de cidades, integradas num sistema, numa rede urbana. Santos (1982) identificou três categorias de cidade: as grandes (em geral ligadas ao que batizou de macrocefalia, fenômeno induzido pela seletividade da atividade produtora moderna); as médias ou intermediárias, e as pequenas cidades (nomeadas por ele de *cidades locais*).

Esta é a classificação usualmente adotada pelos autores que estudam as cidades, na Geografia. Segundo Maia (2005), o IBGE também classifica as cidades em pequenas, médias e grandes, adotando como critério seu número de habitantes. Cidades pequenas são as que têm população menor que 20 mil habitantes; cidades médias têm entre 20 mil e 500 mil e cidades grandes, acima de 500 mil habitantes. Porém, Ramos (2011, p. 35) afirma que, “mais recentemente, o IBGE tem adotado como critério exploratório inicial essa classificação tipológica [cidade média] para os casos de núcleos urbanos com população residente na faixa de 100 a 500 mil habitantes”.

Todavia, existe consenso entre os autores de que, embora o tamanho demográfico da cidade seja um critério relevante para sua classificação, deve-se ir além dessa dimensão, uma vez que cidades de população idêntica podem ser diferentes em termos de relações externas, níveis de especialização, diversificação econômica, organização espacial e do papel que desempenham em suas regiões (SANTOS, 1982; AMORIM FILHO; SENA FILHO, 2005; SPOSITO, 2006; CASTELLO BRANCO, 2006). Por exemplo, uma cidade de 80 mil habitantes, na região Norte do País, mantém um tipo de relação com sua região que poderia aproximá-la da categoria de cidade média, o que não ocorreria se ela estivesse localizada no Estado de São Paulo. Ou, uma cidade de 300 mil habitantes, Estudos Geográficos, Rio Claro, 15(2): p-p, jul./dez. 2017 (ISSN 1678—698X)
<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo>

demograficamente uma típica cidade média, mas que não seria enquadrada como tal se estivesse localizada numa área metropolitana, uma vez que não exerceria a função de centro.

Assim, para a classificação das cidades, devem-se considerar outros elementos, cujo principal, para Sposito (2001a), é sua situação funcional, ou seja, como se estabelece, no território, a divisão regional do trabalho, e como a cidade comanda esse território.

Faissol (1994) explica a expansão da rede urbana brasileira durante o século XX, identificando três níveis hierarquizados de sistemas de cidades:

a) um sistema urbano/metropolitano de grandes cidades, que atrai uma migração intensa, e que leva a operar em linha contrária à da maior eficiência que as economias de escala do tamanho fariam supor; b) um sistema de cidades médias, beneficiárias diretas dos transbordamentos metropolitanos, que amplia a capacidade do sistema espacial de crescer e se desenvolver, e que precisa fazer a ligação do sistema metropolitano com as hierarquias menores do sistema urbano, pois o seu segmento superior (as capitais regionais já fazem uma razoável ligação com o sistema metropolitano) praticamente atinge apenas o nível imediatamente abaixo, que é este nível intermediário; c) um sistema de cidades pequenas, em geral sem centralidade (e às vezes muito pequenas até mesmo em termos de um conceito de cidade; elas existem por força de uma definição legal de cidade-sede de município) ... Em conjunto com os centros de zona farão a ligação com o sistema de cidades médias, de um lado, e com a economia rural de outro, assim integrando todo o sistema (FAISSOL, 1994, p. 150, grifo nosso).

Considerando-se que, segundo Santos (1982), a maioria dos estudos urbanos sempre se preocupou com as cidades grandes e que, segundo Sposito (2009), a maior densidade teórico-metodológica em pesquisa urbana no Brasil encontra-se nos estudos sobre as metrópoles (por estarem nas metrópoles os principais programas de Pós-Graduação e por nelas se evidenciarem os principais problemas), pode-se questionar quando e como surgiu o interesse pelas cidades médias e pequenas.

2. CIDADES MÉDIAS

Amorim Filho e Sena Filho (2005) explicam que foi a partir dos anos de 1950, na Europa, especialmente na França, que floresceram estudos sobre cidades médias, redes urbanas e sua hierarquização, motivados pela exacerbação de desequilíbrios urbano-regionais, pelo aumento de problemas sociais e de qualidade de vida nas grandes cidades e a frágil organização hierárquica das cidades. Na década de 1970, os conceitos de cidade média e de polo de crescimento foram aplicados pela política de planejamento urbano-regional francesa do *aménagement du territoire*.

Também na década de 1970, no Brasil, as cidades médias começaram a ser alvo de estudos, e também de políticas públicas, estas especialmente a partir do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), em 1975, que contemplava uma Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, preocupada, entre outras coisas, em

“definir polos secundários imprescindíveis a uma política de descentralização, de âmbito nacional ou regional, com adequado aproveitamento das vantagens da aglomeração existentes” (BRASIL, 2017, p. 68).

Entretanto, no Brasil, na maior parte da década de 1980, a prioridade do governo voltada para as políticas macroeconômicas de estabilização monetária, a crise fiscal do Estado e a diminuição dos deslocamentos populacionais inter-regionais provocaram um esvaziamento da política estatal de caráter regional, e do próprio princípio do planejamento urbano-regional. Mas, a partir da década de 1990, em virtude principalmente de mudanças paradigmáticas relacionadas à maior valorização do local e da percepção de melhor qualidade de vida nesse grupo de cidades, houve uma retomada vigorosa do interesse acadêmico e governamental pelas questões relacionadas às cidades médias (AMORIM FILHO; SERRA, 2001), levando, nos últimos anos, à consolidação de um grupo de pesquisadores nessa temática.

Não existe um conceito definitivo de cidade média. Amorim Filho e Rigotti (2002, p. 4), citando o pesquisador francês Jerome Monod, dizem que “seria vão buscar uma definição científica para as cidades médias, tendo em vista sua complexidade e variabilidade de um país para outro, ou de uma região para outra”. Também citando Joseph Lajugie, afirmam que “o máximo que se pode tentar determinar é uma faixa no interior da qual se situa um certo número de cidades que podem pretender à qualidade de cidades médias [...]”.

Corrêa (2007) alerta que conceituar cidade média implica um esforço de abstração, estabelecendo a unidade daquilo que é pouco conhecido e muito diversificado, temendo pela chance de se tornar um conceito muito geral, de pequena validade para a compreensão da realidade. E Sposito (2001b, p. 239) também afirma que “a expressão ‘cidade média’ tem sido mais utilizada como noção ou como uma classificação, do que como conceito”.

Cidade média não é sinônimo de cidade de porte médio. Sposito (2006, p. 175) resume essa distinção, fornecendo em seguida sua conceituação de cidade média:

Embora não haja consenso sobre a utilização dessas duas noções e seus parâmetros, no Brasil, o que se denomina como “cidades de porte médio” são aquelas que têm entre 50 mil e 500 mil habitantes. Entretanto, nem todas as “cidades de porte médio” são, de fato, cidades médias, pois para serem assim conceituadas há que se verificar mais elementos que os indicadores demográficos e se analisar a magnitude e diversidade dos papéis desempenhados por uma cidade no conjunto da rede urbana. Assim, atribui-se a denominação “cidades médias” àquelas que desempenham papéis regionais ou de intermediação no âmbito de uma rede urbana, considerando-se, no período atual, as relações internacionais e nacionais que têm influência na conformação de um sistema urbano.

Soares (1999, p. 61) afirma que devem ser consideradas diversas variáveis na identificação da cidade média, tais como “tamanho demográfico, qualidade das relações externas, especialização e diversificação econômica, posição e sua importância na região e na rede urbana de que faz parte, organização espacial e

índices de qualidade de vida”, definindo-a, assim, pelo lugar que ocupa na rede urbana e no sistema econômico global.

Pontes (2006, p. 334) define a cidade média como “um centro urbano com condições de atuar como suporte de sua hinterlândia, bem como atualmente ela pode manter relações com o mundo globalizado, constituindo com este uma nova rede geográfica superposta à que regularmente mantém com suas esferas de influência”.

Castello Branco (2006, p. 245-246) afirma que as cidades médias são definidas “ou por seu porte populacional, ou por suas características funcionais ou, ainda, por seu papel como elo de ligação entre os centros locais e os centros globais, na rede mundial de cidades”.

Maia (2006, p. 162) define a cidade média como contraposição da metrópole:

Entendemos que, da mesma forma que a metrópole, a “cidade média” ou a “não metrópole” não se resume a uma designação legal nem a uma margem de contingente populacional. As cidades médias corresponderiam ao conjunto de cidades que muito embora apresentem indicadores semelhantes aos que tanto caracterizam as metrópoles, entre esses, a descentralização, a verticalização, a criação de loteamentos e condomínios fechados, a transformação de espaços rurais em áreas urbanas (primeira ocupação), o rearranjo de usos de bairros e a estratificação do uso do espaço urbano; por outro, mostra diferenças quantitativas (número de habitantes, fluxo de automóveis, indicadores sociais e econômicos, etc.) e qualitativas, como a *vida urbana* e a *vida cotidiana* nessas cidades.

Alguns autores adotam a expressão *cidades intermediárias* (ou *cidades intermédias*) para se referir às cidades médias. O próprio Milton Santos (1982) já havia feito referência a esta terminologia; mais recentemente, Sanfeliu e Torné (1999) propuseram também esta designação, por ampliar seu significado (realçando seu papel de articulação), por introduzir aspectos mais dinâmicos e estratégicos relacionados à inserção nas escalas regional, nacional e internacional, e por “incorporar o conceito de sistema urbano mais aberto, dinâmico e interativo” (CASTELLO BRANCO, 2006, p. 247).

Que critérios quantitativos e qualitativos identificam e caracterizam uma cidade média? Amorim Filho (1976, p. 7-8) propôs uma conceituação com base nos seguintes atributos:

- a) interações constantes e duradouras tanto com seu espaço regional, quanto com aglomerações urbanas de hierarquia superior;
- b) tamanho demográfico e funcional suficientes para que possam oferecer um leque bastante largo de bens e serviços ao espaço microrregional a elas ligado;
- c) capacidade de receber e fixar os migrantes de cidades menores ou da zona rural, através do oferecimento de oportunidades de trabalho, funcionando, assim, como pontos de interrupção do movimento migratório na direção das grandes cidades, já saturadas;
- d) condições necessárias ao estabelecimento de relações de dinamização com o espaço rural microrregional que as envolve;
- e) diferenciação do espaço

intraurbano, com um centro funcional já bem individualizado e uma periferia dinâmica, evoluindo segundo um modelo bem parecido com o das grandes cidades, isto é, através da multiplicação de novos núcleos habitacionais periféricos; f) aparecimento, embora evidentemente em menor escala, de certos problemas semelhantes aos das grandes cidades, como, por exemplo, a pobreza das populações de certos setores urbanos.

Posteriormente, Amorim Filho, Bueno e Abreu (1982), ao identificarem as cidades médias de Minas Gerais, criaram quatro níveis hierárquicos de cidades médias; e Amorim Filho e Abreu (2000), citados por Amorim Filho e Rigotti (2002), determinaram as faixas de população para cada um destes níveis. Os níveis e suas respectivas faixas de população são: a) grandes centros regionais (já na faixa de transição para as cidades grandes), com mais de 500 mil habitantes; b) cidades médias de nível superior (cidades médias bem consolidadas), com população maior do que 200 mil habitantes; c) cidades médias propriamente ditas (que apresentam com clareza os atributos mencionados anteriormente), incluindo desde cidades com menos de 50 mil habitantes até algumas com mais de 160 mil; d) centros urbanos emergentes (cidades situadas na faixa de transição entre as pequenas e as médias cidades), cuja população pode variar de 10 mil a 50 mil habitantes.

Os autores não delimitam uma faixa fixa de população para enquadrar as cidades médias, uma vez que, segundo eles, ela não constitui um elemento definidor de cidade média; a localização relativa da cidade também tem importância.

Castello Branco (2006), ao identificar as cidades médias brasileiras, considerou tamanho populacional e econômico, grau de urbanização, centralidade e qualidade de vida como características definidoras desse patamar de cidade. E adotou a faixa entre 100 mil e 350 mil habitantes para enquadrá-las. Para o limite mínimo, a autora seguiu a argumentação de Santos (1993), segundo o qual 100 mil habitantes seria o patamar mínimo para esse tipo de cidade, dada a evolução do processo de urbanização e as transformações na rede urbana no País; para o limite máximo, seguiu pesquisa realizada pelo IBGE, segundo a qual 350 mil habitantes seria o limite inferior das grandes áreas urbanas do País (sendo, portanto, o limite superior para as cidades médias).

Outra classificação mais recente das cidades médias brasileiras é feita por Ramos (2011, p. 47), as quais são “aquelas cidades não metropolitanas, que apresentam economias de aglomeração definidas, tamanho demográfico de 100 mil a 750 mil habitantes (intermediário entre classificação da ONU – 100 mil a 1 milhão de habitantes e IBGE – 100 mil a 500 mil habitantes), capacidade para receber e fixar migrantes e com papéis importantes em suas áreas de influência”.

3. CIDADES PEQUENAS

Diferentemente das cidades médias, as cidades pequenas constituem uma categoria mais recente na literatura geográfica brasileira – uma noção em construção, segundo Soares e Melo (2010), relegada a um limbo conceitual, para Bacelar (2008) – e que têm sido, segundo Medeiros e Carvalho (2008), crescentemente, objeto de estudos no Brasil.

Há uma especial complexidade em se caracterizar as cidades pequenas de acordo com as problemáticas da conceituação do que é cidade e da diferença conceitual e epistemológica entre cidade e urbano. “Nas análises geográficas acerca dessas localidades, sua caracterização torna-se atualmente penosa, pois as várias classificações e categorizações são incompletas para certos agrupamentos, e outras não contemplam cidades do porte demográfico abaixo de 10.000 habitantes” (BACELAR, 2008, p. 159).

Assim como ocorre com as cidades médias, a identificação e a classificação das cidades pequenas devem ser feitas tomando-se em conta as relações estabelecidas no contexto urbano-regional em que elas se encontram, isto é, sua participação na divisão territorial do trabalho, e não apenas por seu contingente populacional (neste caso, menos de 20 mil habitantes).

Santos (1982) denominou as cidades pequenas de *cidades locais*, pois assim estaria desassociando esse conceito da ideia de volume de população pois, para ele, aceitar um número mínimo de habitantes para caracterizar diferentes tipos de cidades seria uma generalização perigosa. Para o autor, diferentemente da pseudocidade (que “não gera seu crescimento a partir de sua economia local e nunca o fez”), a cidade local “é a dimensão mínima a partir da qual as aglomerações deixam de servir às necessidades da atividade primária para servir às necessidades inadiáveis da população, com verdadeira especialização do espaço”, ou seja, é “a aglomeração capaz de responder às necessidades vitais mínimas, reais ou criadas, de toda uma população, função esta que implica uma vida de relações” (SANTOS, 1982, p. 70-1).

Melo (2008, p. 481), observando pequenas cidades da região de Catalão (GO), sistematizou uma noção de cidade pequena fundamentada nas seguintes características: i) aglomera um número pequeno de pessoas (de acordo com o contexto regional); ii) exerce funções administrativas, residenciais, econômicas (comércio e serviços que atendem apenas parcialmente às demandas da população e das atividades produtivas do município), políticas (mais pela atuação de elites locais e líderes de partidos políticos do que pela participação popular), sociais (educação formal básica, assistência à saúde para questões menos complexas, segurança pública) e organizacional e de mediação (a partir de seus equipamentos e agentes organiza e intermedeia as relações entre os indivíduos e grupos locais, e destes com outros, exteriores); iii) constitui o nível inferior da rede urbana regional e nacional; iv) pode estabelecer relações com cidades de diferentes níveis da rede urbana regional e nacional; v) apresenta economia urbana frágil; vi) transferências governamentais têm notável importância para sua manutenção; vii) seus moradores usufruem de tranquilidade nas relações cotidianas; viii) predomina o conhecimento íntimo, e as relações de proximidade e as de vizinhanças são intensas; ix) mesclam-se modos de vida típicos do campo brasileiro e os estilos urbanos contemporâneos; x) está inserida em áreas agrícolas e/ou urbanas.

Em seguida, destaca as particularidades morfológicas das pequenas cidades, face às grandes e médias:

Os processos e as formas espaciais urbanas, estudados nas grandes e médias cidades, não encontram correspondentes iguais nas pequenas cidades. Estas últimas são espaços que, em geral, não apresentam importantes estratificações socioespaciais; os centros

Cidades protomédias...

não apresentam especializações como áreas centrais e, muito menos, os processos recentes de degradação socioeconômica, tipicamente ocorridos nesses espaços, em cidades maiores. São, geralmente, ao mesmo tempo, espaços de residências, de lazer (frequentemente, em torno da praça principal), do comércio e do serviço existentes, lócus dos órgãos da administração pública, da igreja e da escola principais, das agências bancárias e dos hospitais (quando existentes). Por outro lado, todas as pequenas cidades em estudo apresentam, também, em seus espaços, a presença de conjuntos habitacionais, em geral localizados um pouco distantes do que pode ser chamado de “centro” e, em algumas delas, observou-se a existência de moradias precárias, assim caracterizadas, especificamente, pelo estado de conservação; perceberam-se, ainda, casos marcados pela presença de edificações de porte e padrão superior ao predominante na cidade (MELO, 2008, p. 354).

Em outro texto, Soares e Melo (2010) estabelecem parâmetros qualitativos que explicam a realidade da cidade pequena no período contemporâneo, que são:

a) Inserção no mundo da globalização, em que a população já tem acesso aos novos modos de consumo, embora com baixo índice de desenvolvimento tecnológico;

b) Relação entre o poder público local e a população marcada pela dependência, assistencialismo e pessoalidade – conforme também estudou Bacelar (2008);

c) Intensa relação com a natureza, com grandes áreas verdes (jardins e quintais extensos), e pequena distância entre as áreas edificadas e ocupadas em relação ao campo;

d) Intensa ligação da cidade com seus entornos rurais (interação entre os valores rurais e urbanos na vida dos moradores, reprodução de valores e práticas característicos do mundo rural, como o vínculo identitário com o lugar, tradições, hábitos alimentares, etc.);

e) Dependência do sistema urbano regional (processo de urbanização frágil, consequência da concentração da atividade econômica nos grandes e médios centros urbanos);

f) Envelhecimento e involução populacional (saída de população jovem para os grandes centros, perda ou estagnação populacional);

g) Aspectos de sociabilidade na pequena cidade, que está condicionada à “pessoalização” das relações sociais: os sujeitos se reconhecem uns aos outros pela sua marca pessoal, seu nome, suas atitudes, e onde festas, rezas, lazer, estórias e conversas são compartilhados com todos.

Para caracterizar as pequenas cidades, Gomes, Silva e Silva (2005) também consideram uma boa referência a análise do cotidiano, que obedece a uma racionalidade, expressa na urbanização, na mudança de valores culturais, relações afetivas, educação, individualidade, redefinição do papel da mulher, entre outros.

Figueiredo (2008) faz uma revisão da literatura nacional e internacional sobre pequenas cidades e ressalta os critérios quantitativos adotados nestes estudos; segundo ela, no Brasil, a maioria dos autores considera cidade pequena aquela com

De que maneira as cidades de Bebedouro, Jaboticabal e Olímpia podem ser enquadradas na classificação das cidades, na literatura geográfica brasileira?

Levando em conta apenas os critérios demográficos e considerando-se que as cidades médias se situam na faixa entre 100 mil e 500 mil habitantes (750 mil para alguns estudos), e as pequenas são aquelas menores de 20 mil (ou, em alguns estudos, menores que 50 mil habitantes), Bebedouro, Jaboticabal e Olímpia encontram-se fora destas duas faixas, e não seriam consideradas cidades pequenas nem médias (embora sejam cidades de *porte médio*) e, obviamente, nem grandes.

E em relação aos critérios qualitativos que descrevem cidades médias e cidades pequenas? Há características que as fazem aproximar-se de determinada categoria?

Algumas características de cidade média afastam Bebedouro, Jaboticabal e Olímpia dessa categorização. São elas: capacidade de oferecer leque largo de bens e serviços à região; diferenciação do espaço intraurbano; existência de certos problemas de grandes cidades (AMORIM FILHO, 1976); qualidade das relações externas; especialização e diversificação econômica; posição e importância na região; organização espacial (SOARES, 1999); presença de indicadores semelhantes aos das metrópoles, entre os quais descentralização, verticalização, criação de loteamentos e condomínios fechados, transformação de espaços rurais em áreas urbanas (primeira ocupação), rearranjo de usos de bairros, estratificação do uso do espaço urbano (MAIA, 2006); economias de aglomeração definidas e capacidade para receber e fixar migrantes, com papéis importantes em suas áreas de influência (RAMOS, 2011).

A influência de Bebedouro, Jaboticabal e Olímpia sobre seu espaço regional – uma característica de cidade média (AMORIM, 1976) – restringe-se às cidades pequenas ao seu redor; as três cidades não atuam como “suporte de sua hinterlândia” (PONTES, 2006); este papel é exercido pelas cidades maiores que as circundam (Ribeirão Preto para Bebedouro e Jaboticabal; São José do Rio Preto para Olímpia), tomando-se por referência o REGIC 2007, estudo do IBGE, que apontou as regiões de influência das cidades brasileiras (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2008).

No REGIC 2007, Bebedouro está classificada como *Centro de Zona A* (penúltimo nível hierárquico, cidades com mediana de 45 mil habitantes e 49 relacionamentos) e influencia as cidades de Monte Azul Paulista, Taiapu, Taiuva, Taquaral, Terra Roxa e Viradouro. Olímpia também é *Centro de Zona A*, influenciando três cidades: Cajobi, Guaraci e Severínia. Já Jaboticabal é classificada (na visão deste autor, equivocadamente) como *Centro Local* (último nível hierárquico, cidades cuja centralidade e atuação não extrapolam os limites do seu município, servindo apenas aos seus habitantes, com população predominantemente inferior a 10 mil habitantes), não influenciando, assim, nenhuma cidade (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2008).

Algumas características de cidade pequena também afastam Bebedouro, Jaboticabal e Olímpia dessa categorização. São elas: comércio e serviços que atendem apenas parcialmente às demandas da população, existência de (apenas) educação formal básica, transferências governamentais com notável importância para sua manutenção, tranquilidade nas relações cotidianas dos moradores, (quase)

inexistência de estratificações socioespaciais (MELO, 2008) e envelhecimento e involução populacional (SOARES; MELO, 2010).

Isto porque, são características das três cidades:

a) Comércio e serviços atendem não só às demandas da grande maioria de sua população, como também às das cidades pequenas de sua influência: por exemplo, as três cidades possuem (pequenos) *shopping centers*, que atraem consumidores de suas regiões;

b) Existe oferta abundante de educação que vai além da básica: em Bebedouro, há três instituições de ensino superior (IES) e duas instituições que oferecem cursos técnicos; em Jaboticabal, há cinco IES e duas com cursos técnicos; em Olímpia, há duas IES e uma de ensino técnico;

c) As transferências governamentais não compõem a maior parcela das receitas municipais: a Receita Municipal por Transferências da Cota-Parte do Fundo de Participação de Municípios (FPM) corresponde a 16,3% do Total da Receita Municipal de Bebedouro, 14% da de Jaboticabal e 15,4% da de Olímpia; são porcentagens inferiores às de três cidades com aproximadamente 20 mil habitantes (limite superior de cidade pequena), da mesma região: Monte Azul Paulista, 25,6%, Pradópolis, 25% e Viradouro, 30,4% – dados de 2011 (FUNDAÇÃO SEADE, 2017);

d) Índices de furto e de furto de veículos são superiores aos de três cidades com aproximadamente 20 mil habitantes da região, o que pode afastar a ideia de tranquilidade nas relações cotidianas: os índices (por mil habitantes) de Ocorrências de Furtos são de 15,0 em Bebedouro, 17,5 em Jaboticabal e 16,1 em Olímpia, contrapondo-se aos de Monte Azul Paulista (11,3), Pradópolis (8,6) e Viradouro (11,3). Para Ocorrências de Furto de Veículos, as taxas por mil são: Bebedouro, 2,9, Jaboticabal, 2,2 e Olímpia, 1,3, contrapondo-se às de Monte Azul Paulista (0,7), Pradópolis (0,6) e de Viradouro (0,95) – dados de 2015 (FUNDAÇÃO SEADE, 2017);

e) Existe estratificação socioespacial: por exemplo, os centros não são espaços simultâneos de comércio, residência e lazer;

f) Não há involução populacional: as taxas geométricas de crescimento anual da população urbana, nos períodos de 1991/2000, 2000/2010 e 2010/2017, são, respectivamente, 1,41%, 0,23% e -0,01% para Bebedouro; 1,92%, 0,86% e 0,52% para Jaboticabal, e 1,49%, 1,03% e 0,64% para Olímpia, revelando queda das taxas de crescimento (com relativa estagnação recente em Bebedouro), mas não reduções absolutas da quantidade de habitantes (FUNDAÇÃO SEADE, 2017).

O que parece aproximar estas três cidades da categoria de pequena são algumas características socioculturais e do cotidiano dos habitantes, tais como relações de proximidade e de vizinhança entre a população, mescla de modos de vida do campo e urbanos (MELO, 2008), certo assistencialismo e pessoalidade nas relações entre o poder público e a população (BACELAR, 2008), “pessoalização” das relações sociais, intensa relação com a natureza e interação entre valores rurais e urbanos na vida dos moradores (SOARES; MELO, 2010), embora, deve-se esclarecer, não há literatura acerca dessa perspectiva, para as cidades estudadas, para sustentar tal impressão.

Assim sendo, pode-se afirmar que as cidades de Bebedouro, Jaboticabal e Olímpia não possuem características, tanto quantitativas (tamanho demográfico)

quanto qualitativas, que permitem enquadrá-las, com clareza, em alguma das categorias de cidade identificadas pela literatura da Geografia (grandes, médias, pequenas). O que estas cidades possuem é uma mescla de alguns atributos de cidades médias (especialmente certa influência sobre seu espaço regional, restrito à microrregião) e alguns de cidades pequenas (especialmente características socioculturais).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da análise das cidades paulistas de Bebedouro, Jaboticabal e Olímpia à luz dos atributos que definem as cidades médias e as cidades pequenas na literatura geográfica, este artigo buscou mostrar a inexistência de uma categoria que enquadre estas três cidades (e, conseqüentemente, uma vasta gama de cidades semelhantes), justificando, assim, a criação de uma nova categoria.

Seguindo critérios demográficos, Bebedouro, Jaboticabal e Olímpia (com 74.043, 73.910 e 50.802 habitantes, respectivamente) não se enquadram na categoria de cidades médias (faixa entre 100 mil e 500 mil habitantes, ou 750 mil para alguns autores), nem na de cidades pequenas (menores de 20 mil habitantes, ou de 50 mil, para alguns autores).

Amorim Filho e Serra (2001) já haviam alertado para os delicados problemas que surgem quando se trata de classificar cidades no limiar, ou na faixa de interseção das médias com as pequenas. Todavia, constata-se que sequer existe, demograficamente, esta faixa de interseção entre cidades pequenas e médias. Assim, a expressão limbo teórico/metodológico, utilizada por Bacelar (2008) para se referir às cidades pequenas serve, até com maior precisão, para designar estas outras cidades, com população entre 20 mil (ou 50 mil) e 100 mil habitantes.

A Tabela 1 mostra que, no Brasil, existiam, em 2010, 228 cidades (equivalente a 4,1% do total) na faixa entre 50 mil e 100 mil habitantes. Residiam nestas cidades pouco mais de 16 milhões de habitantes, 10% da população que habita as cidades do País. Se considerarmos uma faixa mais ampla, entre 20 mil e 100 mil habitantes, há 843 cidades (21,8% do total), residindo ali 35 milhões de habitantes, 21,8% da população das cidades brasileiras.

Tabela 1 - Número de cidades e população das cidades (absoluto e relativo) por classes de tamanho da população das cidades - Brasil, 2010

Classe de tamanho populacional	Cidades	% cidades	População das cidades	% População das cidades
Até 20.000	4472	80,4%	27.578.319	17,1%
De 20.001 a 50.000	615	11,1%	18.926.753	11,8%
De 50.001 a 100.000	228	40,1%	16.075.135	10,0%
De 100.001 a 500.000	214	30,8%	43.989.614	27,3%
De 500.001 a 750.000	13	00,2%	7.810.762	4,9%
Mais de 750.000	23	00,4%	46.499.125	28,9%
Total	5.565	100,0%	160.879.708	100,0%

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010

Cidades protomédias...

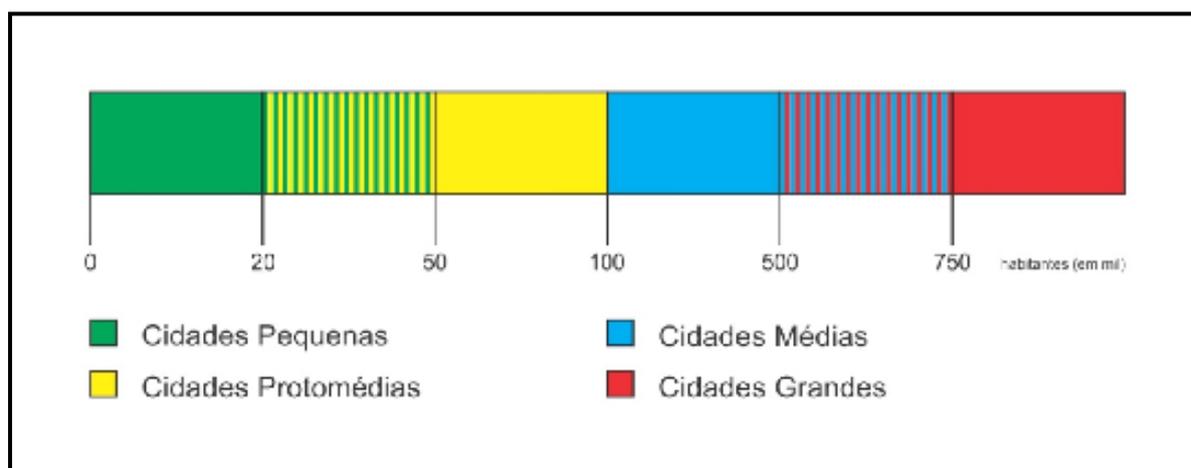
Seguindo agora critérios qualitativos, as três cidades aqui analisadas possuem alguns atributos que podem ser relacionados a cidades médias, e outros que podem ser relacionados a cidades pequenas, tornando também impraticável sua classificação com base nas categorias atualmente existentes.

Portanto, este artigo propõe a criação de uma nova categoria, intermediária entre as cidades pequenas e as médias, que pode ser denominada de *cidades protomédias* e na qual se enquadrariam as três cidades deste trabalho, bem como outras centenas espalhadas pelo Brasil.

Assim, as cidades protomédias seriam aquelas com tamanho demográfico aproximado entre 50 mil e 100 mil habitantes e guardariam determinados atributos de cidades médias e determinados atributos de cidades pequenas, ou seja, seriam cidades híbridas das médias e pequenas.

A Figura 2 esboça as faixas demográficas (sem escala) da classificação das cidades, já com a inserção da categoria das cidades protomédias. As faixas de 20 mil a 50 mil habitantes, e de 500 mil a 750 mil, podem variar de categoria, de acordo com os autores considerados (isto é, não há consenso na literatura), por isso encontram-se com as cores mescladas.

Figura 2: Faixas demográficas da classificação das cidades



Fonte: Autoria própria

Tais cidades protomédias seriam similares aos *centros locais* descritos por Castello Branco (2006) – aqueles que recebem influência das cidades médias, estas fazendo o papel de elo entre estes centros locais e os centros globais; seriam também os *centros urbanos emergentes* descritos por Amorim Filho e Rigotti (2002), situados na faixa de transição entre as pequenas e as médias cidades.

É importante reafirmar que a classificação de cidades protomédias não deve ser feita levando-se em conta exclusivamente o critério quantitativo, isto é, sua população. O tamanho demográfico, embora seja um ponto de partida, é apenas um dos elementos a serem considerados na classificação das cidades, conforme já explicitaram vários autores, aqui mencionados.

As mais de duzentas cidades brasileiras situadas na faixa entre 50 mil e 100 mil habitantes correspondem a um universo (apenas) potencial das cidades protomédias no País, ou seja, não significa que todas podem ser enquadradas nesta

categoria proposta, uma vez que também seria necessário analisar as funcionalidades destas cidades no contexto da rede urbana nacional.

Por exemplo, Bebedouro, Jaboticabal e Olímpia, pela sua mescla de alguns atributos de cidades médias e de alguns de cidades pequenas, poderiam vir a ser classificadas como cidades protomédias. Mas, isto não significa que outras cidades de porte populacional semelhante, em outras regiões do País, seguiriam a mesma regra. Em outras palavras, estes três casos empíricos, analisados sucintamente aqui, não justificam a sua generalização para todo o País, já que as realidades regionais são muito diferenciadas no Brasil, e o que tem uma dinâmica urbana e regional num lugar, pode não ter a mesma em outro, conforme também já ressaltaram alguns autores aqui citados.

Ribeiro (2016), ao constatar que Castanhal-PA, também é uma cidade híbrida – neste caso, possuindo uma dimensão metropolitana e uma dimensão de cidade média –, propõe o desenvolvimento de uma agenda de pesquisas, a fim de revelar tal faceta da complexa rede urbana nacional. Reitera-se aqui esta proposta, com a sugestão de estudos, de cunho teórico e empírico, para caracterizar e delimitar os atributos desta categoria de cidade situada entre a pequena e a média.

REFERÊNCIAS

AMORIM FILHO, O. B. Um esquema metodológico para o estudo das Cidades Médias. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 2., 1976, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte: AGB/IGC-UFMG, 1976.

AMORIM FILHO, O. B.; BUENO, M. E. T.; ABREU, J. F. Cidades de porte médio e o Programa de Ações Sócio-educativas para as populações carentes do meio urbano em Minas Gerais. **Boletim de Geografia Teorética**. Rio Claro: Associação de Geografia Teorética, v. 12, n. 23-24, 1982.

AMORIM FILHO, O. B.; RIGOTTI, J. I. R. Os limiões demográficos na caracterização das cidades médias. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13., 2002, Ouro Preto. **Anais...** Ouro Preto: [s.n.], 2002.

AMORIM FILHO, O. B.; SENA FILHO, N. de. **A morfologia das cidades médias**. Goiânia: Ed. Vieira, 2005.

AMORIM FILHO, O. B.; SERRA, R. V. Evolução e perspectivas do papel das cidades médias no planejamento urbano e regional. In: _____. **Cidades médias brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001. Disponível em: <<http://www.redbcm.com.br/arquivos/bibliografia/evolucao.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2017.

BACELAR, W. K. de A. **A pequena cidade nas teias da aldeia global: relações e especificidades sócio-políticas nos municípios de Estrela do Sul, Cascalho Rico e Grupiara - MG**. 2008. Tese (Doutorado em Geografia)–Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975-1979)**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1970-1979/anexo/ANL6151-74.PDF>. Acesso em: 20 ago. 2017.

Estudos Geográficos, Rio Claro, 15(2): p-p, jul/dez. 2017 (ISSN 1678—698X)
<http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo>

CASTELLO BRANCO, M. L. Cidades médias no Brasil. In: SPOSITO, E.; SPOSITO, M. E. B.; SOBARZO, O. (Orgs.). **Cidades médias**: produção do espaço urbano e regional. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

CORRÊA, R. L. Construindo o conceito de cidade média. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). **Cidades médias**: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

FAISSOL, S. **O espaço, território, sociedade e desenvolvimento brasileiro**. Rio de Janeiro: IBGE, 1994.

FIGUEIREDO, V. D. M. **Pequenos municípios e pequenas cidades do Estado do Rio Grande do Sul**: contrastes, perfil do desenvolvimento e da qualidade de vida, 1980-2000. 2008. Tese (Doutorado em Geografia)—Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2008.

FUNDAÇÃO SEADE. Informações dos Municípios Paulistas. Disponível em: <<http://www.imp.seade.gov.br>>. Acesso em: 02 maio 2017.

GOMES, R. de C. da C.; SILVA, A. B. da; SILVA, V. P. da. Buscando compreender as pequenas cidades. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA: cidades, territorialidade, sustentabilidade e demandas sociais, 9., **Anais...** Manaus: SIMPURB, 2005.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Regiões de influência das cidades-2007**. Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/geociencias/geografia/regic.shtm?c=6>>. Acesso em: 20 ago. 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censo 2010. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 ago. 2017.

JURADO DA SILVA, P. F. **Cidades pequenas e indústria**: contribuição para a análise da dinâmica econômica na região de Presidente Prudente-SP. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia)—Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2011.

MAIA, D. S. Lotes e ruas: componentes para análise da produção dos loteamentos fechados. In: SPOSITO, E.; SPOSITO, M. E. B.; SOBARZO, O. (Orgs.). **Cidades médias**: produção do espaço urbano e regional. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

MAIA, D. S. Pequenas cidades: como defini-las? In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 9., 2005, Manaus. **Anais...** Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2005.

MEDEIROS, D. A. de; CARVALHO, A. T. de C. A propósito da “revanche” das cidades de pequeno porte na Geografia Urbana brasileira: notas preliminares. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 15., 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2008.

MELO, N. A. de. **Pequenas cidades da microrregião geográfica de Catalão (GO)**: análises de seus conteúdos e considerações teórico-metodológicas. 2008. Tese (Doutorado em Geografia)—Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008.

PONTES, B. M. S. As mudanças no processo produtivo capitalista e suas repercussões nas cidades médias nordestinas. In: SPOSITO, E. S.; SPOSITO, M. E.

B.; SOBARZO, O. (Org.). **Cidades médias**: produção do espaço urbano e regional. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

RAMOS, E. F. **As cidades médias em perspectiva**: uma análise dos papéis e tendências de um grupo de cidades médias brasileiras. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia)—Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

RIBEIRO, W. de O. Entre a metrópole e a cidade média: a complexidade das interações espaciais e das dinâmicas de centralidade da cidade de Castanhal, no nordeste paraense. **Geosp – Espaço e Tempo** (Online), São Paulo, v. 20, n. 1, p. 115-129, jan./abr. 2016.

SANFELIU, C. B.; TORNÉ, J. M. L. **Ciudades intermedias y urbanización mundial**. Lleida: Ed. Ajuntament de Lleida, 1999.

SANTOS, M. **A cidade nos países subdesenvolvidos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

SANTOS, M. **Espaço e sociedade**: ensaios. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

SOARES, B. R. Repensando as cidades médias brasileiras no contexto da globalização. **Formação**, Presidente Prudente, v. 1, n. 6, p. 55-63, 1999.

SOARES, B. R.; MELO, N. A. de. Cidades médias e pequenas: reflexões sobre os desafios no estudo dessas realidades socioespaciais. In: LOPES, D. M. F.; HENRIQUE, W. (Orgs.). **Cidades médias e pequenas**: teorias, conceitos e estudos de caso. Salvador: SEI, 2010.

SPOSITO, M. E. B. As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). **Urbanização e cidades**: perspectivas geográficas. Presidente Prudente: GASPERR/FCT/UNESP, 2001a.

SPOSITO, M. E. B. Loteamentos fechados em cidades médias paulistas – Brasil. In: SPOSITO, E.; SPOSITO, M. E. B.; SOBARZO, O. (Orgs.). **Cidades médias**: produção do espaço urbano e regional. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SPOSITO, M. E. B. Novas formas comerciais e redefinição da centralidade intra-urbana. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). In: **Textos e contextos para a leitura geográfica de uma cidade média**. Presidente Prudente [s.n.], 2001b.

SPOSITO, M. E. B. **Para pensar as pequenas e médias cidades brasileiras**. Belém: FASE; UFPA, 2009.